

# **Demonstrações Financeiras**

## **Cemig Geração Camargos S.A.**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	22
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	23
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	23
7. IMOBILIZADO .....	24
8. INTANGÍVEL .....	26
9. PROVISÕES.....	27
10. FORNECEDORES.....	28
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	28
12. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS .....	28
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	29
14. RECEITA LÍQUIDA .....	31
15. CUSTOS E DESPESAS .....	32
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	33
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	34
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	36
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	38

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia” ou “Camargos”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### A CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$113.499 mil, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### **Resultado do exercício**

A Companhia obteve um resultado de R\$43.225 mil em 2023, em comparação ao resultado de R\$44.591 mil em 2022, uma redução de 3,32% impactado, principalmente, pela atualização financeira da bonificação pela outorga.

#### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o Lajida foi de R\$41.500 mil, comparativamente aos R\$44.940 mil em 2022. A margem do Lajida foi de 81,84% em 2023 e 84,46% em 2022, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
<b>Resultado</b>	<b>43.225</b>	44.591	(3,32)
Provisão IR e Contribuição Social Corrente	3.639	3.410	10,18
Amortização e Depreciação	481	499	(3,61)
Resultado Financeiro	(5.845)	(3.560)	64,19
<b>Lajida (1)</b>	<b>41.500</b>	<b>44.940</b>	<b>(7,65)</b>

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida

## Receita Operacional

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Camargos, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – ME – UHE Camargos, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

### Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2023 foi de R\$35.300 mil, em comparação a R\$35.309 mil em 2022.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada. Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

### Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$22.066 mil em 2023 (R\$24.761 em 2022), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

### **Custos e despesas**

Os custos e despesas operacionais foram de R\$9.689 mil em 2023 (R\$8.770 mil em 2022), representando um aumento de 9,48%. Essa variação deve-se, principalmente, a aumento nos custos de operação com serviço de terceiros.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$5.845, comparado a receita financeira líquida de R\$3.560 em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, a aumento da renda com aplicações financeiras.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$3.639mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 7,77% em relação ao Resultado de R\$46.866 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$3.410 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 7,10% em relação ao Resultado de R\$48.001 mil antes dos efeitos fiscais.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2023, no montante de R\$43.225 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.161 mil para constituição de reserva legal;
- R\$20.532 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$20.532 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

## SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à Lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à Lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

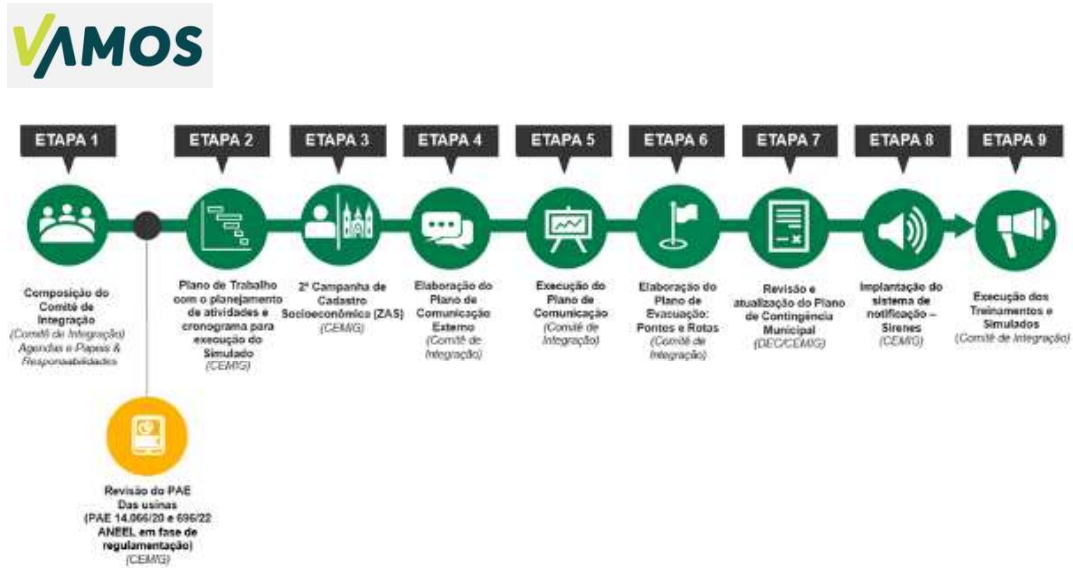
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de



Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cívicas Municipais e Corpo de Bombeiros).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig Geração Camargos é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Cemig Geração Camargos S.A.

Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Camargos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

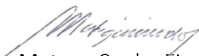
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo  
Contador CRC MG-105612/O-0

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

**(Em milhares de Reais)**

**ATIVO**

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.678	4.717
Títulos e Valores Mobiliários	4	3.368	27.087
Consumidores e Revendedores	5	4.523	4.290
Tributos Compensáveis		10	-
Ativo Financeiro da Concessão	6	17.114	16.522
Outros Ativos		24	89
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>26.717</b>	<b>52.705</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	102
Tributos Compensáveis		414	632
Outros Ativos		96	56
Ativo Financeiro da Concessão	6	135.606	131.889
Imobilizado	7	3.055	3.142
Intangível	8	8.719	9.015
Direito de Uso		423	92
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>148.313</b>	<b>144.928</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>175.030</b>	<b>197.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

**(Em milhares de Reais)**

### **PASSIVO**

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	1.268	863
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	17a	1.239	551
Impostos, Taxas e Contribuições	11	534	488
Encargos Regulatórios		527	430
Dividendos a pagar	13	20.532	21.181
Convênio de compartilhamento	18	306	305
Passivo de Arrendamento		96	21
Outros passivos		23	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>24.525</b>	<b>23.839</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	17b	1.117	1.168
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.114	897
Encargos Regulatórios		59	36
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	12	155	9.835
Passivo de Arrendamento		343	79
Outros passivos		3	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.791</b>	<b>12.015</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27.316</b>	<b>35.854</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13		
Capital Social		113.499	113.499
Reserva de Lucros		34.215	48.280
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>147.714</b>	<b>161.779</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>175.030</b>	<b>197.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	14	<b>50.708</b>	<b>53.211</b>
<b>CUSTOS</b>	15		
Custos com energia elétrica		(1.048)	(1.888)
Custos de operação		(7.736)	(5.243)
		<u>(8.784)</u>	<u>(7.131)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>41.924</b>	<b>46.080</b>
<b>DESPESAS</b>	15		
Despesas gerais e administrativas		(40)	(789)
Outras despesas operacionais		(865)	(850)
		<u>(905)</u>	<u>(1.639)</u>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>41.019</b>	<b>44.441</b>
Receitas financeiras	16	5.913	4.683
Despesas financeiras	16	(68)	(1.123)
		<u>5.845</u>	<u>3.560</u>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>		<b>46.864</b>	<b>48.001</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17c	(3.690)	(2.841)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17c	51	(569)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>43.225</b>	<b>44.591</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

**(Em milhares de Reais)**

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	43.225	44.591
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>43.225</b>	<b>44.591</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva Legal	Retenção de Lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	113.499	24.289	9.292	24.289	-	147.080
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2021	-	(8.711)	-	(8.711)	-	(8.711)
<b>Resultado do Exercício</b>	-	-	-	-	44.591	44.591
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>						
Reserva Legal	-	-	2.230	-	(2.230)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	21.180	(21.181)	(21.181)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	113.499	36.758	11.522	36.758	-	161.779
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2022	-	(36.758)	-	(36.758)	-	(36.758)
<b>Resultado do Exercício</b>	-	-	-	-	43.225	43.227
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>						
Reserva Legal	-	-	2.161	-	(2.161)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	(20.532)	(20.533)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	20.532	(20.532)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	113.499	20.532	13.683	20.532	-	147.714

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

	2023	2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	43.225	44.591
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	3.639	3.410
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 6)	(22.066)	(24.761)
Depreciação e Amortização	413	395
Amortização direito de uso	68	104
Juros Passivo de Arrendamento	26	17
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 14)	(9.606)	-
Variações monetárias (Nota 16)	(74)	1.081
Juros e variações monetárias	(5.608)	(3.853)
	<b>10.017</b>	<b>20.984</b>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	(233)	487
Ativo Financeiro da Concessão (Nota 6)	17.757	16.552
Tributos Compensáveis	(965)	(102)
Outros Créditos	(375)	(91)
	<b>16.184</b>	<b>16.846</b>
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	405	199
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 11)	263	446
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (nota 17)	-	(743)
Encargos Regulatórios	120	253
Convênio de compartilhamento (Nota 18)	1	38
Outras Obrigações	398	114
	<b>1.187</b>	<b>307</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>27.388</b>	<b>38.137</b>
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(1.829)	(1.931)
Juros Recebidos	5.579	2.798
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>31.138</b>	<b>39.004</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(31.750)	(45.344)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	55.601	37.499
Fundos Vinculados	-	18
Em Imobilizado (Nota 7)	(29)	(99)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO/GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>23.822</b>	<b>(7.926)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(57.940)	(27.000)
Arrendamentos Pagos	(59)	(119)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(57.999)</b>	<b>(27.119)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(3.039)</b>	<b>3.959</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.717	758
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.678	4.717

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Camargos S.A (“Companhia” ou “Camargos”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21,6 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Camargos, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a

Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 03 de maio de 2024.

### **2.2. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 19.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

## **2.5. Redução ao valor recuperável**

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

## 2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações do CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações do CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações do CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

## 2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais do CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

## 2.8. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

## 2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas Bancárias	25	47
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	119	105
Overnight	1.534	4.565
<b>TOTAL</b>	<b>1.678</b>	<b>4.717</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas



por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
<b>Aplicações Financeiras</b>		
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	322	2.974
Letras Financeiras - Bancos	2.076	17.714
Letras Financeiras do Tesouro	936	6.244
Debêntures	34	155
	<b>3.368</b>	<b>27.087</b>
<b>Não Circulante</b>		
Debêntures	-	102
	-	<b>102</b>
	<b>3.368</b>	<b>27.189</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro** (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

## 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos		Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	2023	2022
Fornecimento Industrial	-	1.406	-	-	1.406	1.363
Suprimento a Outras Concessionárias	-	2.975	-	-	2.975	2.927
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	142	-	-	142	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.523</b>			<b>4.523</b>	<b>4.290</b>

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

### Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Camargos, cuja concessão pertencia a própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Camargos para a Cemig Geração Camargos – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2023 e 2022, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	148.411	140.202
Recebimentos	(17.757)	(16.552)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	22.066	24.761
<b>Saldo final</b>	<b>152.720</b>	<b>148.411</b>
Circulante	17.114	16.522
Não Circulante	135.606	131.889

## Política contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 2.5.

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>		<b>3.005</b>	<b>(345)</b>	<b>2.660</b>	<b>2.850</b>	<b>(229)</b>	<b>2.621</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,57	129	(10)	119	129	(6)	123
Máquinas e equipamentos	3,72	2.876	(335)	2.541	2.721	(223)	2.498
<b>Em curso</b>		<b>395</b>	<b>-</b>	<b>395</b>	<b>521</b>	<b>-</b>	<b>521</b>
<b>Total</b>		<b>3.400</b>	<b>(345)</b>	<b>3.055</b>	<b>3.371</b>	<b>(229)</b>	<b>3.142</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>2.850</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>155</b>	<b>3.005</b>	<b>(345)</b>	<b>2.660</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	129	-	-	-	-	129	(10)	119
Máquinas e equipamentos	2.721	29	-	126	155	2.876	(335)	2.541
<b>Em curso</b>	<b>521</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(126)</b>	<b>(126)</b>	<b>395</b>	<b>-</b>	<b>395</b>
<b>Total</b>	<b>3.371</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29</b>	<b>3.400</b>	<b>(345)</b>	<b>3.055</b>

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>	<b>2.321</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>528</b>	<b>528</b>	<b>2.850</b>	<b>(229)</b>	<b>2.621</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	82	82	129	(6)	123
Máquinas e equipamentos	2.274	-	-	446	446	2.721	(223)	2.498
<b>Em curso</b>	<b>950</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>(528)</b>	<b>(429)</b>	<b>521</b>	<b>-</b>	<b>521</b>
<b>Total</b>	<b>3.271</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99</b>	<b>3.371</b>	<b>(229)</b>	<b>3.142</b>

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 3,52% (3,40% em 2022).

### Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

### Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

## 8. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias de depreciação %	2023			2022		
		Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>							
Custo Histórico	3,13	9.459	(740)	8.719	9.459	(444)	9.015
<b>Em curso</b>							
		-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>9.459</b>	<b>(740)</b>	<b>8.719</b>	<b>9.459</b>	<b>(444)</b>	<b>9.015</b>

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023
<b>Em Serviço</b>							
Ativos da Concessão							
- GSF	9.459	-	-	9.459	-	(740)	8.719
<b>Em curso</b>							
<b>Total</b>	<b>9.459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.459</b>	<b>-</b>	<b>(740)</b>	<b>8.719</b>

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Em Serviço</b>							
Ativos da Concessão							
- GSF	9.459	-	-	9.459	-	(444)	9.015
<b>Em curso</b>							
<b>Total</b>	<b>9.459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.459</b>	<b>-</b>	<b>(444)</b>	<b>9.015</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053

### Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

### Estimativas e julgamentos

*Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)*

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

## **9. PROVISÕES**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ação de natureza patrimonial, que discute a reintegração de posse de áreas destinadas à construção do reservatório da UHE Camargos, no montante de R\$13 (R\$11 em 2022), cuja contingência de perda é possível. Adicionalmente, em 2023 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

### **Política contábil**

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

## 10. FORNECEDORES

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Suprimento e Transporte de Energia	50	48
Materiais e Serviços	1.218	815
	<b>1.268</b>	<b>863</b>

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 19.

### Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

## 11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
ICMS	248	214
COFINS	120	113
PASEP	26	25
INSS	102	94
Outros	38	42
	<b>534</b>	<b>488</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS	916	737
PASEP	198	160
	<b>1.114</b>	<b>897</b>
	<b>1.648</b>	<b>1.385</b>

## 12. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos Pis/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo 3,65% a alíquota devida), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$8.385 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas – UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização

Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, a Companhia efetuou a restituição às concessionárias por meio de uma redução nas faturas emitidas, o que gerou um faturamento subavaliado. A recomposição desse faturamento foi realizada em contrapartida à provisão que havia sido constituída. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$155 (R\$9.835 em 2022).

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Companhia é de R\$113.499, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

#### b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva Legal	13.683	11.522
Reserva de Retenção de Lucros	-	15.578
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	20.532	21.180
	<b>34.215</b>	<b>48.280</b>

#### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.161 de Reserva Legal em 31 de dezembro 2023, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.230 em 2022).



### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

#### **c) Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme a seguir:

	2023	2022
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	43.225	44.591
Reserva Legal Constituída	(2.161)	(2.230)
	<b>41.064</b>	<b>42.361</b>
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Obrigatórios	20.532	21.181
Dividendos Adicionais Propostos	20.532	21.180
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>41.064</b>	<b>42.361</b>

#### **d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração**

A Diretoria deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2023, no montante de R\$43.225, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.161 para constituição de reserva legal;
- R\$20.532 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$20.532 para pagamento de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

A AGE realizada em 28 de junho 2023 aprovou a distribuição de dividendos extraordinários considerando disponibilidade de caixa e a expectativa de geração de caixa nos próximos meses, no valor de R\$15.578 da conta Reserva de Retenção de Lucros. O valor foi pago na data de 21 de dezembro de 2023.

#### e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>21.181</b>
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(21.181)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	20.532
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>20.532</b>

#### f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(21.181)
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	(21.180)
Pagamento de dividendos extraordinários	(15.579)
	<b>(57.940)</b>

### 14. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento Industrial	16.813	17.616
Fornecimento não Faturado Industrial	1.414	1.362
Transações com Energia na CCEE	599	339
Suprimento Cotas - Geração Própria	25.945	33.048
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(1.320)	(504)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(17.757)	(16.552)
Outras Receitas - Ressarcimento	-	-
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	9.606	-
<b>Fornecimento bruto de energia elétrica</b>	<b>35.300</b>	<b>35.309</b>
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	22.066	24.761
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(6.658)	(6.859)
	<b>50.708</b>	<b>53.211</b>

#### (a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

**(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita**

	2023	2022
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	3.083	3.271
COFINS	1.590	1.704
PIS-PASEP	344	369
	<b>5.017</b>	<b>5.344</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	127	181
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	162	180
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	81	90
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	55	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.181	1.064
CDE sobre P&D	35	-
	<b>1.641</b>	<b>1515</b>
	<b>6.658</b>	<b>6.859</b>

**Política contábil**

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

**Fornecimento bruto de energia elétrica**

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

**Estimativas e julgamentos**

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**15. CUSTOS E DESPESAS**

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

### a) Custos de operação

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	44	439
Encargos de Distribuição (1)	1.004	1.449
	<b>1.048</b>	<b>1.888</b>

(1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

### b) Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	679	-	40	789	719	789
Materiais	169	211	-	33	169	244
Serviços de Terceiros (c)	6.377	4.493	808	745	7.185	5.238
Depreciação	481	499	-	-	481	499
Outros custos/despesas	30	40	57	72	87	112
<b>TOTAL</b>	<b>7.736</b>	<b>5.243</b>	<b>905</b>	<b>1.639</b>	<b>8.641</b>	<b>6.882</b>

### c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Convênio de compartilhamento – O&M	3.708	3.332
Manutenção, Conservação e Instalação	1.690	373
Meio Ambiente	771	558
Conservação e Limpeza de Prédios	406	339
Vigilância	199	200
Tecnologia da Informação	156	152
Auditoria Externa	34	44
Outros	221	240
<b>TOTAL</b>	<b>7.185</b>	<b>5.238</b>

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação Financeira	5.623	4.036
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	176	615
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	74	-
Outras	40	32
	<b>5.913</b>	<b>4.683</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variações monetárias	(2)	(1.081)
Outras Variações Monetárias	(39)	(16)
Juros Passivo de Arrendamento	(26)	(17)
Outras	(1)	(9)
	<b>(68)</b>	<b>(1.123)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>5.845</b>	<b>3.560</b>

### Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2023	2022
<b>Passivo</b>		
Imposto de Renda	689	1.072
Contribuição Social	550	647
	<b>1.239</b>	<b>1.719</b>

### b) Imposto de Renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda	741	782
Contribuição Social	376	386
<b>TOTAL</b>	<b>1.117</b>	<b>1.168</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	43.357	43.357
ICMS ST	(93)	(93)
	43.265	43.265
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	6.817	6.817
Outras Receitas Financeiras	186	186
Base de cálculo Lucro Presumido	10.464	12.194
Alíquota	15%	9%
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.570</b>	<b>1.098</b>
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	1.022	0
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>2.592</b>	<b>1.098</b>
Rendas de aplicações	5.623	5.623
Rendas de aplicações resgatadas	(6.817)	(6.817)
Rendas Aplicações não resgatadas	(1.194)	(1.194)
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Diferimento Rendas</b>	<b>(298)</b>	<b>-107</b>
Devolução Suprimento de Cotas	7.420	7.420
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	594	890
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Diferimento Suprimento de Cotas</b>	<b>148</b>	<b>80</b>

Receita por competência diferida	4.404	4.404
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	352	528
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferido, receita por competência</b>	<b>88</b>	<b>48</b>
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(24)
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>(6)</b>	<b>(3)</b>
<b>Corrente</b>	<b>2.592</b>	<b>1.098</b>
<b>Diferido</b>	<b>(68)</b>	<b>17</b>

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Bruta	50.870	50.870
Percentual de Presunção	8%	12%
	<b>4.070</b>	<b>6.104</b>
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	3.170	3.170
Outras Receitas Financeiras	647	647
<b>Base de cálculo Lucro Presumido</b>	<b>7.887</b>	<b>9.922</b>
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.183	893
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	765	-
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.948</b>	<b>893</b>
Rendas Aplicações não resgatadas	866	866
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Diferimento Rendas</b>	<b>216</b>	<b>78</b>
Receita por competência diferida	9.199	9.199
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	736	1.104
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferido receita por competência</b>	<b>184</b>	<b>99</b>
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(36)
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>(6)</b>	<b>(3)</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.948</b>	<b>893</b>
<b>Diferido</b>	<b>395</b>	<b>174</b>

## Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Operações com energia elétrica</b>								
Cemig Distribuição	241	241	-	-	2.130	2.730	(2)	(2)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Encargos de transmissão</b>								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(994)	(1.441)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	306	-	-	-	(306)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	196	-	-	(412)	(861)
Cemig SIM	-	-	-	109	-	-	(237)	(109)

Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão		-	522	295	-	-	(3.708)	(3.333)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Dividendos</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	20.533	21.181	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$20.533. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 13.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	1.534	4.565	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.368	27.088	-	-	26	1.233	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	102	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

#### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
--	------	------



Remuneração	37	33
Participação nos resultados	9	8
Previdência privada	3	3
<b>Total (1)</b>	<b>49</b>	<b>44</b>

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Consumidores e Revendedores		4.523	4.523	4.290	4.290
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	3.736	3.736
Ativos financeiros da Concessão		152.720	152.719	148.411	148.411
Fundos Vinculados		-	-	23	23
		<b>157.243</b>	<b>157.243</b>	<b>156.460</b>	<b>156.460</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.653	1.653	4.670	4.670
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	322	322	2.974	2.974
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.076	2.076	14.081	14.081
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	936	936	6.244	6.244
Debêntures	2	34	34	155	155
		<b>5.021</b>	<b>5.021</b>	<b>28.124</b>	<b>28.124</b>
		<b>162.264</b>	<b>162.264</b>	<b>184.584</b>	<b>184.584</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(1.268)	(1.268)	(863)	(863)
Passivo de Arrendamento		(439)	(439)	(100)	(100)
		<b>(1.707)</b>	<b>(1.707)</b>	<b>(963)</b>	<b>(963)</b>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente

disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
  
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### *Risco de Liquidez*

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.204	14	50	-	-	1.268
Passivo de Arrendamento	8	8	92	299	212	619
<b>TOTAL</b>	<b>1.212</b>	<b>22</b>	<b>142</b>	<b>299</b>	<b>212</b>	<b>1.887</b>

### *Risco de Crédito*

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

### *Risco de taxa de juros*

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

#### *Risco Hidrológico*

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Camargos. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

#### **Política contábil**

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

#### ***Mensurados ao custo amortizado***

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores; e
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### **Estimativas e julgamentos**

#### ***Valor justo por meio do resultado***

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

\* \* \* \* \*

Thadeu Carneiro da Silva  
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador 1SP/242451-04

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Camargos S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024.

Eduardo José de Souza, Conselheiro

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro